5.

Novas formas de justiça

O fenômeno da judicialização revela a ampliação do campo de ação do Judiciário e a busca mais freqüente da população por essa via para responder a uma gama maior de anseios. A demora, ou uma possível incerteza, na resposta judicial são duramente criticadas e o Judiciário vem tentando se adequar a essa urgência do mundo contemporâneo. Fala-se numa crise no sistema como um todo e uma ampla modernização começa a se configurar, abrindo espaço para inclusão de novos modelos de acesso à justiça. As práticas alternativas de resolução de conflitos emergiram neste contexto. Também denominadas de justiça coexistencial ou conciliativa (Cappelletti & Garth, 2002), vêm se confrontando com a perspectiva da cultura da sentença, considerada como uma relação ganha-perde. A perspectiva de autocomposição de conflitos é considerada um modelo de relação ganha-ganha, na medida em que a solução do problema é alcançada por consenso.

O judiciário vislumbrou nessas novas técnicas um caminho para aplacar sua crise, ao responder de forma mais célere à sociedade e diminuir sua sobrecarga, mas trilhar esse caminho implica em abalar uma referência estrutural: a autoridade máxima do juiz para dizer o direito. Este movimento de abertura do Judiciário para práticas consensuais se mostra como um processo ainda em curso, sendo conveniente refletir sobre as forças que impulsionaram o pensamento jurídico a relativizar sua autoridade, como também ressaltar alguns marcos históricos nesta passagem, como produtores de rupturas na lógica adversarial e abertura de um caminho para uma operacionalização do “princípio de autonomia” pelo Estado.

“O direito invade a moral, a intimidade, o autogoverno. A justiça sai desse processo profundamente abalada: se, até o momento, ela se limitava a distribuir estatutos, honrarias, bens jurídicos e econômicos, eis que ela deve prover os sujeitos de uma identidade social. Seria esse um verdadeiro progresso para a liberdade? Não seria seu preço exorbitante? Ela intima a democracia a inventar novas maneiras de resolver os conflitos e de proteger os indivíduos frágeis.” (Garapon, 2001:152)

5.1

Uma intervenção humanizada

O processo de transformação histórica já abordado neste trabalho implicou na mudança de olhar da instituição judiciária em relação ao sujeito do direito e,

consequentemente, ampliou a utilização de especialistas para interpelarem o sujeito em seu nome. A união entre o campo psicossocial e o jurídico nasceu para atender a um modelo de justiça voltado para a cultura da sentença e se propunha à produção do corpo de provas, numa reprodução do discurso da ordem (Barros, 1997). Era a vertente da “psicologia do testemunho”, que tinha por objetivo verificar, através do estudo experimental dos processos psicológicos, a fidedignidade do relato do sujeito envolvido em um processo jurídico (Altoé, 2003). O conteúdo desses laudos apresentava um caráter discriminatório e estigmatizante, denotando pouca neutralidade científica, na medida em que reproduziam preconceitos sociais.

Mas esta forma de atuação gerou um certo mal-estar pela dissonância dos objetivos de cada área: a psicologia identificando uma verdade singular em cada sujeito e direcionando seus métodos para a reflexão como possibilidade transformadora, e o direito na função de resguardar a Verdade e levar os sujeitos à adequação social, utilizando meios restritivos de direitos. Uma passagem freudiana de 1906, no contexto de interesse pela técnica psicanalítica como método de investigação em processos jurídicos, demonstra esta dissonância: “em suas investigações apenas os senhores necessitam obter uma convicção objetiva, ao passo que nossa terapia exige que o paciente adquira esta mesma concepção” (Pág. 102).

Mas a progressiva valorização dos direitos humanos, ocorrida desde a modernidade, introduziu as ciências humanas na comunidade científica como campo específico de saber, e os especialistas dessas áreas puderam se inserir em outros domínios com identidade própria e lutar por autonomia profissional. Neste contexto, a psicologia jurídica foi se afirmando como disciplina e sua atuação se orientou para a promoção do crescimento dos indivíduos, resguardando uma posição crítica frente à instituição. O judiciário também obteve um grande ganho com a atuação de psicólogos nos procedimentos judiciais, na medida em que lhe conferiu uma feição mais humanizada, e o distanciou da exclusiva função punitiva, dissonante nas causas sociais e familiares.

No campo do direito de família, a inclusão de especialistas nas intervenções, principalmente os psicólogos jurídicos, instituiu um caráter mais humanizado ao processo, e o trabalho passou a não se direcionar apenas à produção de prova, como também a “desbastar a demanda jurídica de seus excessos fantasmáticos, para reduzi-la ao ponto que possibilite a realização da função jurídica.” (Barros, 1997)

“Trabalharemos, a psicologia jurídica dentro ou fora dos tribunais, no sentido de escutar desta ficção singular que o sujeito apresenta, como a sua verdade, a formulação de uma saída para o impasse da conjugalidade. Uma saída sem par. Trata-se de um compromisso ético.” (Barros, 1997:47)

Mas essa nova utilização e valorização do discurso psicológico ou psicanalítico na intervenção judicial se deparou com uma nova problemática no campo do direito de família: a questão do tempo para adentrar na complexidade subjetiva dos litígios familiares, que veio se chocar com a exigência de celeridade processual. Santos & Costa (2007) apontam a dificuldade de conciliar os diversos tempos, quer sejam, da lei, representado pelos prazos, do juiz em absorver a problemática e traduzi-la em decisão, dos auxiliares técnicos (psicólogos e assistentes sociais) para fazerem uma leitura subjetiva da demanda, e da família, que carrega um conflito, tem urgência em solucionar, mas necessita re-significar. “Um processo, mais completo de significação, envolve um tempo diverso daquele dos processos judiciais, na medida em que se dá no vagaroso processo de elaboração psíquica e emocional de vivências habitualmente tão sofridas e traumáticas.” (Pág. 120). E questionam: “Como realizar esse desafio e procurar não viver constantemente a frustração na execução do trabalho?” (Pág. 122)

Na medida em que esse novo olhar de sujeito foi sendo absorvido pela instituição como um todo, a ambiguidade do tempo para a intervenção na família, começou a angustiar também os julgadores: “Não há como saber quando podemos e devemos decidir; se devemos fazê-lo rapidamente, ou se é melhor deixarmos o conflito amadurecer, aguardando o amenizar do calor das emoções.” (Andrighi, 2004:181). E a solução apontada por esta Ministra, está na implementação da transdisciplinariedade, contudo, resguardando-se a autoridade do juiz : “o conflito familiar será sempre julgado pelo juiz, todavia com base em elementos fornecidos por profissionais da área médica, psicossocial e pedagógica, porque esse é o caminho para se alcançar paz na família, porquanto a frieza da lei jamais terá condições de, com segurança, apontar a melhor solução.”

Os atores jurídicos e a família vão operar o tempo na trajetória processual atendendo a essas demandas contraditórias. Coimbra (2009) aponta que o processo judicial se direciona para um tempo futuro de resposta, e as partes, embora verbalizem um anseio de chegar a esse tempo, se encontram aprisionadas num passado. Os atos processuais se revelam como veículo de ancoragem desse aprisionamento por meio da repetição do conflito durante os atos processuais. Este autor identifica nas formas consensuais de resolução da

demanda jurídica, possibilidade de estabelecer outras formas de relações temporais distintas das que o procedimento judicial tradicional pode possibilitar, e entende que estas vão admitir que algo do passado é irrecuperável.

5. 2

A emergência das práticas consensuais

O surgimento dos Juizados Especiais (Lei 9.099/95) iniciou um processo de maior aproximação do cidadão com a justiça. Esta lei nasceu com a finalidade de agilizar os procedimentos judiciais como resposta à crítica social focalizada na dificuldade de acesso à justiça, na morosidade e no excesso de burocratização dos procedimentos. Ela se baseou nos princípios “da oralidade, simplicidade, informalidade, economia processual e celeridade, buscando, sempre que possível, a prestação jurisdicional com a possibilidade da conciliação e transação.”(Lima Júnior, & Nogueira, 2002). Mas essa metodologia não se aplicou a todas as causas, ficou restrita às lides de menor complexidade e as que versam sobre direitos disponíveis. “Os litígios de família ficaram excluídos genericamente da competência dos Juizados Cíveis, por envolverem direitos indisponíveis, como alimentos e guarda de filhos. Mas os casos de violência familiar passaram a ser encaminhados aos Juizados Especiais Criminais”. (Koerner, 2002: 52).

Sobre esse direcionamento da violência doméstica familiar aos JECRIMs, cabe sinalizar que foi alvo de inúmeras críticas, por trivializar a violência doméstica e enquadrá-la como ameaça e lesão corporal leve, delitos incluídos como de menor potencial ofensivo. Somou-se como argumento de crítica, o fato de que no procedimento destes juizados, “muitas vezes o processo não tem seguimento porque a vítima não comparece ou se retrata e, com isso, a sua queixa não resulta sequer numa audiência de conciliação.” (Koerner, 2004: 53). A constatação dessa inadequação promoveu a criação dos Juizados Especiais de Violência Doméstica a partir da Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006), que se encontram ainda em fase de implantação em alguns estados no país.

Quase que concomitantemente com a criação dos juizados especiais, surgiu a lei da arbitragem (Lei 9.307/96), também como uma possibilidade de desafogamento do Judiciário. Este procedimento não conta com a tutela estatal. Nele, um terceiro é escolhido pelas partes e nomeado como árbitro, com o objetivo de oferecer solução ao conflito de interesses, tendo os sujeitos que se comprometerem, previamente, em acatar sua decisão. Segundo Oliveira (2003),

a lei da arbitragem não foi muito absorvida por nossa cultura, pois “os brasileiros estão impregnados da cultura da jurisdição estatal. Estes têm suas raízes num Estado paternalista. E a aceitação da arbitragem exige tempo.” Mas também por parte do próprio judiciário este procedimento gera alguns desconfortos, enquanto possa significar um certo desprestígio da atividade jurisdicional estatal, vendo-se a possibilidade do juízo arbitral competir ou substituir o Estado-juiz.

Assim sendo, a metodologia da conciliação foi mais aceita tanto pela sociedade quanto pelo Estado, por se dar no contexto do Judiciário e garantir a continuidade da tutela estatal. Para sua execução, foram instituídas as funções de Juízes Leigos e Conciliadores, considerados auxiliares da justiça, que passaram a presidir uma audiência preliminar com a finalidade de obter acordos entre as partes. A nosso ver, a inclusão de substitutos do juiz no procedimento judicial, embora sem poder decisório, representa um grande marco no imaginário social, por descentralizar o poder das mãos do juiz e gerar a concepção de uma justiça mais próxima. Por conseguinte, veio também abalar a supremacia da lógica adversarial, na medida em que a solução do conflito passa a ficar condicionada à vontade dos sujeitos e o resultado esperado, o acordo, não implica na averiguação sobre qual das partes é merecedora do direito pleiteado, nem sobre qual delas recai a verdade dos fatos.

Apesar do princípio de informalidade, os conciliadores iniciaram sua atuação construindo referências a partir do modelo do julgador. Mas este modelo não favorecia ao objetivo de levar as partes a uma resolução conjunta e passou a ser também alvo de críticas, sobressaindo-se a crítica a um posicionamento autoritário de alguns conciliadores. Iniciaram-se então, em vários Tribunais no Brasil, programas de formação de Conciliadores, incluindo em seus conteúdos programáticos técnicas de negociação e valorização do diálogo entre as partes, como possibilidade de amenizar os conflitos e levá-las ao tão almejado acordo, considerado elemento fundamental para a diminuição da sobrecarga do Judiciário.

Azevedo (2009) aponta que a conciliação foi incluída pelo legislador brasileiro no sistema dos Juizados Especiais por uma influência do modelo americano. No entanto, segundo o autor, a forma de autocomposição instituída no Brasil se distinguiu do seu referencial de origem em razão de dar menor ênfase às técnicas e ao procedimento a ser seguido, bem como, ao treinamento. A nosso ver, o modelo instituído para a conciliação não careceu de formação destes auxiliares, uma vez que foram instituídos programas de treinamento com conteúdo voltado para a mudança de paradigma da lógica adversarial. No

entanto, a conciliação manteve o foco no resultado jurídico da demanda – o acordo veio substituir a decisão do julgador. E quando o foco principal é a resolução da demanda, as pessoas ficam em segundo plano, e o acordo dificilmente emergirá da conscientização dos sujeitos envolvidos. Entendemos que a lógica adversarial não se altera. Barbosa (2004) aponta que na conciliação ocorre a negação do conflito, “pois o objetivo a que se propõem as partes é a celebração do acordo como uma fonte de liberação daquele constrangimento oriundo da litigiosidade” (págs. 32/33).

Em nossa experiência profissional, assistimos algumas vezes, as partes serem pressionadas a “fecharem um acordo” aventando-se uma possível decisão judicial danosa a uma delas, ou então, com o infalível argumento da morosidade judiciária. Decorria então, um acordo, mas não uma reflexão sobre o conflito. Nos casos de relações continuadas, como as de família, abria-se grande possibilidade de ocorrência de novo conflito, e conseqüentemente, de nova demanda judicial. Nesse sentido, Koerner (2002) aponta que as novas e promissoras práticas, baseadas em consensualismo e informalidade, acabam por serem esterilizadas por velhas práticas e podem resultar na reprodução dos papéis instituídos e nas desigualdades.

Na mediação o resultado jurídico da demanda é deixado em segundo plano, na medida em que todo o procedimento se direciona a transformar a lógica adversarial em uma lógica de colaboração na resolução do problema. A introdução da mediação no Brasil surgiu com uma perspectiva privada de serviços, externamente à estrutura do judiciário, mas aos poucos ela foi sendo incorporada ao sistema jurídico por meio de iniciativas isoladas de alguns Tribunais, vendo-se uma adesão cada vez mais abrangente dessa nova metodologia por todo o país. A definição da técnica da mediação costuma se pautar pela comparação com a prática da conciliação. São ressaltadas as diferenças de postura, apontando-se que o conciliador tem uma postura mais ativa que a do mediador, na medida em que pode intervir com sugestões sobre o acordo, argumentar sobre suas vantagens e alertar quanto ao entendimento dos tribunais sobre a questão discutida.

Costa (2004) pontua que existem autores brasileiros e estrangeiros que tratam esses termos (conciliação e mediação) como sinônimos, e que as distinções entre as técnicas são fundamentadas em alguns parâmetros: na graduação do conflito a ser tratado, na postura do terceiro que conduz o procedimento (variando de facilitador a avaliador), ou na finalidade do procedimento, isto é, se é voltado para a resolução ou para a transformação do

conflito. A escolha deste autor para a definição da mediação recai na distinção do tipo de conflito a ser tratado, por considerar que no Brasil a conciliação já é um modelo instituído e se vinculou à obtenção do acordo como sua tarefa primordial. Por conseguinte, a mediação teria se instituído em oposição à conciliação, e seu objetivo seria o de transformar o conflito, podendo ou não um acordo ser alcançado através de sua aplicação. Sobre esta base, Costa (2004) distingue o campo de utilização da mediação:

“a mediação relaciona-se a conflitos com uma forte dimensão emocional e que envolvem um agir eticamente comprometido, enquanto a conciliação aborda conflitos com dimensão afetiva anêmica ou inexistente e envolve um agir estratégico-indiferente. Com isso, a função da mediação é de intervir basicamente no aspecto emocional, buscando transformar uma relação conflituosa em uma relação saudável, auxiliando as partes a compreender o conflito de forma mais aprofundada (o que implica compreender os seus próprios desejos e interesses), para que, com isso seja possível converter um comprometimento negativo em um comprometimento positivo ou aumentar o nível de cooperação entre as partes.” (Costa, 2004:177/178).

Marodin e Breitman (2007) apontam que o procedimento da mediação é regido por princípios éticos universais. Em relação às partes, ela deve ser regida pelos princípios de voluntariedade e de livre decisão. O primeiro recai na necessidade de que o procedimento seja de livre escolha dos participantes, e o segundo, de que as decisões acordadas serão de exclusiva responsabilidade dos interessados. Quanto aos mediadores, são distinguidos quatro princípios éticos norteadores de sua conduta: imparcialidade, neutralidade, confidencialidade e profissionalização. A imparcialidade assegura que o mediador não estará defendendo os interesses das partes. A neutralidade implica em não pode interferir nos acordos negociados pelas partes, nem deixar com que seus valores influenciem as discussões. A confidencialidade implica no sigilo sobre as informações, salvo casos de constatação de delitos. E por fim, a profissionalização que se refere a necessidade de formação técnica e prática sobre o procedimento.

Barbosa (2004) assinala que, tendo em vista a transformação operada pela mediação, sua vivência constitui oportunidade de construção de outras alternativas para lidar ou prevenir conflitos futuros no curso da vida. No entanto, a autora pontua que a prática não deve ser confundida com uma assistência psicológica, e nem mesmo com uma terapia breve, que da mesma forma que a mediação, recorta uma questão específica do paciente. Esta autora define a mediação sob a ótica da técnica da comunicação, distinguindo-a como um método “por meio do qual uma terceira pessoa, neutra e especificamente treinada, ensina os mediados a despertarem seus recursos pessoais para que

consigam transformar o conflito.” (Pág. 342) . Barbosa (2004) ainda sublinha que a maior distinção da mediação das outras técnicas de resolução de conflitos reside no reconhecimento dos sujeitos de sua responsabilidade pelo conflito, que os leva a implicarem-se nas consequências de seus atos ou omissões.

A sessão de mediação pode ser conduzida por dois profissionais, nomeando-se esse procedimento de co-mediação. Nazareth e Santos (2004) sustentam a vantagem da interdisciplinaridade no procedimento, na medida em que “durante todo o tempo, as duas vertentes, a emocional e a jurídica, são contempladas”. (Pág. 128). As autoras consideram que uma dupla formada por profissionais dos campos da psicanálise e do direito favoreçam a aproximação de conceitos usualmente pensados de forma dicotômica.

Azevedo (2009) considera que a mediação proporcione ao jurisdicionado efetivos meios de aprendizado sobre resoluções de disputas de um modo geral, pois o reconhecimento mútuo de interesses e sentimentos vai gerar empatia e, conseqüentemente uma visão de humanização de conflito. O autor sublinha a importância da capacitação das partes, representando um empoderamento do sujeito frente à sua autonomia, “significa a busca pela restauração do senso de valor e poder da parte para que esteja apta a melhor dirimir futuros conflitos.” (Pág. 56).

No Estado do Rio de Janeiro a mediação foi implantada em dezembro de 2009, segundo a orientação teórica de Azevedo (2009), e se direcionou principalmente aos processos das Varas de Família. As famílias são encaminhadas pelo juiz depois de já instalado o litígio, com participação voluntária e com o esclarecimento de que o resultado da mediação pode se converter ou não em acordo. Os prazos processuais ficam suspensos enquanto durar o procedimento, que não conta com número prévio de sessões estipuladas. Os advogados podem participar do procedimento, sendo garantido igualdade de espaço a ambos os patronos das partes. As mediações são conduzidas por profissionais integrantes do quadro ou não, com especialidades diversas, mas todos são submetidos a um mesmo plano de treinamento dentro da instituição. O modelo de condução é o da co-mediação, sendo assegurada absoluta confidencialidade às partes, tanto entre elas, quanto para com o Judiciário. O procedimento é realizado com ambas as partes simultaneamente, mas conta com possibilidade de sessões individuais, também sendo assegurada a igualdade de espaço para ambas. A atuação dos mediadores tem foco primordial na comunicação e imparcialidade. Em todas as etapas do procedimento, os mediadores devem atentar para distinguir no discurso dos

participantes as questões controvertidas, os seus reais interesses e os sentimentos envolvidos na demanda. Por meio destas distinções, os mediadores vão pautar suas intervenções objetivando que as partes aprendam também a separar seus sentimentos dos interesses a serem negociados e se voltarem para uma colaboração em torno da solução do problema.

5.3

Mediação como democracia institucional e familiar

A absorção de uma nova metodologia com referencial paradigmático tão diverso necessita de uma mudança no eixo central da instituição. Koerner (2002) enfatiza a necessidade de reformas dos mecanismos judiciais, mas sublinha a importância destas resultarem da “compreensão sistêmica das formas de resolução de conflito”, englobando seus aspectos legais, econômicos e afetivos, e ainda, que as reformas adequem as normas ao tipo de problema tratado. Este autor defende uma reforma profunda que abranja todo o sistema judicial, com sua abertura para outros órgãos, grupos e especialidades, que a seu ver poderiam promover importantes mudanças na divisão de atribuições no Judiciário, com uma cooperação mútua com outros órgãos, a fim de que “elaborem formas de abordagens adequadas aos problemas”. (Pág. 60). O autor acredita que sem essas mudanças, as práticas de resoluções alternativas de conflitos já implantadas “podem resultar em meios trivializados de tratamento dos conflitos familiares.” (Pág. 60).

O nosso entendimento é de que as práticas consensuais devam se desenvolver no sentido de empoderamento das partes, assim como pontuado por Azevedo (2009), tornando possível a restituição do lugar de sujeito aos que endereçam suas queixas ao Judiciário, por meio do desenvolvimento do senso de responsabilidade e autonomia sobre seus atos. No entanto, o sucesso desse empreendimento depende de um esforço contínuo, obtido não só por meio de reciclagens dos mediadores, mas principalmente, pela absorção desses novos paradigmas pelos juízes. Nesse sentido, Andrichi (1993) aponta que alguns juízes desenvolveram críticas quanto ao modo de intervenção judicial e passaram a considerar a possibilidade do direito alternativo, mas o uso destas práticas “enseja que os magistrados que da tese comungam, reconheçam-se a si mesmos como protagonistas de formulação de uma justiça mais substantiva e denunciem o caráter ideológico inerente à atmosfera de ‘oficialidade’ e

'normatividade' que caracteriza o Judiciário no modelo liberal-burguês de Estado e direito”.

Garapon (2001) reflete sobre o abalo da autoridade na sociedade democrática, dessacralizada de suas referências, e assinala a necessidade da autoridade do juiz como forma de assegurar referências, mas aponta ser este um paradoxo democrático, questionando: “Como exercer uma influência legítima sobre alguns sujeitos sem oprimi-los?” (Pág. 186). Para este autor a justiça necessita continuar sendo uma referência de autoridade, mas baseada num modelo descentralizado, e, desta forma, passa a recair na figura do juiz a responsabilidade pela reabilitação ética desta instância.

Nalini (2007) aponta que as questões éticas da contemporaneidade se tornaram tão subjetivadas e pluralizadas, que não possibilitam obter uma resposta universal. Este autor vai sustentar que para o Direito recobrar sua força simbólica e responder eficazmente às necessidades individuais e sociais, ele precisa se sustentar na ética. E a ética defendida por este autor reside numa postura humilde perante o outro.

Além do necessário comprometimento dos juízes sinalizamos ainda, o empenho da instituição como um todo, recorrendo a Esteves (2004) para demonstrar esse comprometimento:

“uma tomada de posição pelo judiciário, que leve em consideração a possibilidade de dar efetividade aos direitos sociais, deve ter em conta uma significativa modificação da cultura jurídica predominante, que abandone os critérios liberais e lógico-formalistas de interpretação e ligue o direito à ética e à justiça, e ao mesmo tempo construa-se uma jurisdição democrática que não se esconda do povo e de suas aspirações, mas encontre nele o argumento e sentido da existência do Estado e, portanto, do próprio Poder Judiciário.” (Esteves, 2004, pág.130/131)

Nesse sentido, Giddens (1993) enfatiza a responsabilidade pública em instituir o “princípio de autonomia”, proporcionando “arranjos institucionais para a mediação, a negociação e o cumprimento dos compromissos” a fim de promover a democratização da vida privada. O autor assinala que estes arranjos são um meio de educação democrática, na qual “a participação no debate com outros pode conduzir a emergência de uma cidadania mais esclarecida”, implicando em uma ampliação dos horizontes cognitivos do indivíduo. Mas o autor sinaliza que institucionalizar o princípio da autonomia implica em oferecer condições para sua realização e discrimina-as:

“Quais são estas condições? Uma delas é que deve haver igualdade na indução dos resultados na tomada de decisão (...). As preferências expressas de cada indivíduo devem ter igual valor, estando sujeitas, em certos momentos, a qualificações tornadas necessárias pela existência da autoridade justificada. Deve haver também participação efetiva; deve-se proporcionar aos indivíduos os meios para que suas vozes sejam ouvidas.” (Pág. 203)

Este autor pontua que o princípio da autonomia deve estimular a diferença e que uma ordem democrática não deve penalizá-la. “Democracia significa discussão, a oportunidade para que a ‘força do melhor argumento’ seja preponderante, em contraposição a outros modos de tomar decisões” (Pág. 204). No entanto, Giddens (1993) se mostra cético quanto à possibilidade de desenvolvimento de uma estrutura com essas características, achando mesmo que podem ter elementos utópicos nestas idéias, mas acredita que o desenvolvimento das sociedades modernas esteja caminhando para essa realização.